

**Decreto reduz limite de armas por atirador e restringe clubes de tiro**

# Decreto de Lula torna mais rígido controle sobre armas

Medidas anunciadas reduzem limites de armamentos por atirador e restringem o funcionamento de clubes de tiro no país

Confirmando as expectativas, o presidente Luiz Inácio Lula da Silva assinou na sexta-feira decreto que torna mais rígido o controle de armas no país. A medida reduz os limites de armas e munições tanto para defesa pessoal quanto para caçadores, colecionadores e atiradores desportivos (CACs) e restringe o funcionamento dos clubes de tiro. Ainda está prevista uma migração progressiva do controle de armas do Comando do Exército para a Polícia Federal.

As mudanças reverterem parte das flexibilizações que ocorreram durante o governo de Jair Bolsonaro e que fizeram disparar a circulação de armas no país nos últimos anos. A revisão dessa política era uma promessa de Lula.

Em discurso na cerimônia, Lula destacou o Estatuto do Desarmamento, instituído em seu primeiro mandato, e disse que é contra a facilitação do acesso do cidadão a armas.

## Quantidade

O presidente acrescentou que o principal problema da regra anterior era permitir que as pessoas tivessem grandes quantidades de armas, inclusive de uso restrito.

– Uma coisa é o cidadão ter uma arma, de proteção, porque tem gente que acha que ter arma em casa é segurança. Quer? Tenha. Mas a gente não pode permitir que haja arsenais na mão de pessoas – argumentou Lula.

Também foi anunciado um plano de R\$ 2 bilhões para combater à criminalidade na Amazônia Legal. Dentre as medidas, estão a implantação de 34 novas bases de segurança na região e a compra de equipamentos, como viaturas, armas, lanchas e helicópteros.

Está em estudo ainda uma proposta do ministro da Defesa, José Múcio, de expandir a faixa de fronteira em que as Forças Armadas podem atuar. Atualmente, essa faixa é de 150 quilômetros e a ideia é ampliar para 250 quilômetros.

– É uma forma de ampliar na Amazônia o papel subsidiário das Forças Armadas – afirmou o ministro da Justiça Flávio Dino, que disse ver com bons olhos a possibilidade.



Fim das flexibilizações era uma promessa da atual gestão

## O que muda

### 1) NOVOS LIMITES DE ARMAS E MUNIÇÕES

#### • Para defesa pessoal

O limite passa a ser duas armas de uso permitido, com comprovação de efetiva necessidade, e de 50 munições por arma, por ano. Até então, eram autorizadas quatro armas de uso permitido, sem necessidade de comprovação da efetiva necessidade, e até 200 munições por arma, por ano.

#### • Para caçadores excepcionais

O limite passa a ser seis armas e 500 munições por arma, por ano, além de ser exigida autorização do Ibama. A Polícia Federal e o Comando do Exército poderão autorizar, em caráter excepcional, a aquisição de até duas armas de fogo de uso restrito e suas respectivas munições. Até então, o limite de era 30 armas (15 de uso restrito), e até mil munições por arma de uso restrito e 5 mil por arma de uso permitido, por ano.

#### • Para colecionadores

O limite passa a ser uma arma de cada modelo, tipo, marca, variante, calibre e procedência – vedadas as automáticas e as longas semiautomáticas de calibre de uso restrito cujo primeiro lote de fabricação tenha menos de 70 anos. Até então, o limite era de cinco armas de cada modelo.

#### • Para atiradores desportivos

Retorna os níveis de classificação de atiradores:

**Nível 1** – Oito treinamentos ou competições em clube de tiro, em eventos distintos, a cada 12 meses; até quatro armas de fogo de uso permitido; até 4 mil cartuchos, por ano; e até 8 mil cartuchos .22 LR ou SHORT, por ano.

**Nível 2** – Doze treinamentos em clube de tiro e quatro competições, das quais duas de âmbito estadual, regional ou nacional, a cada 12 meses; até oito armas de fogo de uso permitido; até 10 mil cartuchos, por ano; até 16 mil cartuchos, por ano .22 LR ou SHORT.

**Nível 3** – Vinte treinamentos em clube de tiro e seis competições, das quais duas de âmbito nacional ou internacional, no período de 12 meses; até 16 armas de fogo, sendo 12 de uso permitido e até quatro de uso restrito\*; até 20 mil cartuchos, por ano; até 32 mil cartuchos por ano .22 LR ou SHORT.

Até então, eram permitidas 60 armas (30 de uso restrito), até 1 mil munições por arma de uso restrito e 5 mil munições por arma de uso permitido, por ano, e até 20 quilos de pólvora.

\*A PF e o Exército poderão autorizar, em caráter excepcional, a aquisição de até quatro armas de fogo de uso restrito para atiradores de nível 3.

### 2) DISTINÇÃO ENTRE ARMAS DE USO PERMITIDO E RESTRITO

Serão retomados os parâmetros de 2018 para limites de armas curtas: pistolas 9mm, .40 e .45 ACP voltam a ser de uso restrito. Armas longas de alma lisa semiautomáticas passam a ser restritas.

Serão garantidas a posse e a possibilidade de utilização dos acervos adquiridos sob a regra anterior, atendidos os critérios da concessão do registro e do apostilamento da atividade.

Além disso, há previsão de um programa de recompra com foco nas armas que eram de uso permitido e passarão a ser de uso restrito no segundo semestre de 2023.

### 3) FIM DO TRÂNSITO COM ARMA MUNICIADA PARA CACs

Colecionadores, atiradores, caçadores (CACs), bem como representantes estrangeiros em competição internacional oficial de tiro realizada no território nacional, passarão a ser obrigados a emitir uma guia de trânsito para poder transitar com armas de fogo registradas em seus respectivos acervos, devidamente desmuniçadas, em trajeto preestabelecido, por período pré-determinado, e de acordo com a finalidade declarada no correspondente registro.

## Repercussões

### A FAVOR

Em nota conjunta, o Instituto Igarapé e o Instituto Sou da Paz declararam que o decreto "corrige graves descumprimentos de princípios constitucionais e do Estatuto do Desarmamento".

O gerente de Projetos do Instituto Sou da Paz, Bruno Langeani, afirma que as regras que estavam em vigor eram "excessivamente permissivas".

– Como explicar a liberação de 60 armas, sendo 30 fuzis, para um único cidadão? Foram brechas como essas que foram extensivamente aproveitadas por milícias e facções.

### CONTRA

À frente da bancada da bala na Câmara, o deputado federal Alberto Fraga (PL-DF) afirmou ao jornal O Estado de S. Paulo que tentará derrubar o artigo que restringe as pistolas 9mms.

– Colocar os modelos 9mm como de uso restrito vai penalizar severamente o comércio – diz.

Presidente da Comissão de Segurança Pública da Câmara, o deputado gaúcho Sanderson (PL) questiona a transferência da fiscalização para a PF:

– A PF está assoberbada e tem efetivo pequeno. Não tem também a capilaridade que o Exército possui.

### 4) RESTRIÇÕES A CLUBES DE TIRO

Os clubes poderão funcionar entre 6h e 22h (não mais 24 horas) e não poderão ser localizados a menos de um quilômetro de estabelecimentos de ensino, públicos ou privado.

### 5) REDUÇÃO DA VALIDADE PARA REGISTRO DE ARMAS

A validade do registro de armas de fogo, que era de 10 anos no geral, passará a ser de: três anos para colecionador, atirador desportivo e caçador excepcional; cinco anos para registro concedido para fins de posse e caça de subsistência; cinco anos para as empresas de segurança privada; e indeterminado para os integrantes da ativa da PF, PRF, policiais penais, policiais civis, policiais da Câmara e Senado, das guardas municipais, da Abin, guardas prisionais, do quadro efetivo do Poder Judiciário e Ministério Público no exercício de funções de segurança, dos membros do Poder Judiciário e do Ministério Público, dos auditores fiscais e analistas tributários.

### 6) FISCALIZAÇÃO PASSA PARA PF

O decreto prevê uma "migração progressiva" da fiscalização do armamento do Exército para a Polícia Federal, mediante acordo de cooperação entre Ministério da Justiça e Segurança Pública e Ministério da Defesa.

**Veículo:** Impresso -> Jornal -> Jornal Zero Hora - Porto Alegre/RS

**Página:** 8